



associação para a  
Promoção e Desenvolvimento  
da Sociedade da Informação

*Estudo*

**O Desenvolvimento da Democracia  
Electrónica em Portugal**

**10 de Dezembro de 2008  
Auditório da SIBS**

# **O Desenvolvimento da Democracia Electrónica em Portugal**

**Filipe Montargil**

Patrocinadores  
Globais



**Microsoft**

**Millennium**  
bcp

**ERICSSON**  
**UNISYS**



associação para a  
promoção e desenvolvimento  
da Sociedade da Informação

# O desenvolvimento da democracia electrónica em Portugal

Grupo de Trabalho Democracia Electrónica  
APDSI

SIBS

Lisboa, 10 de Dezembro de 2008

# Estrutura do relatório

1. Introdução
2. A democracia e os seus valores essenciais
3. Partidos, representantes e representação
4. Intervenientes no sistema político português
5. Oportunidades e constrangimentos
  1. Participação de influência restrita
  2. Participação de influência alargada
6. Diagnóstico e recomendações
7. Referências

# A democracia e os seus valores essenciais

A participação como valor essencial para a democracia

A participação eleitoral...

...e outras formas de participação política...

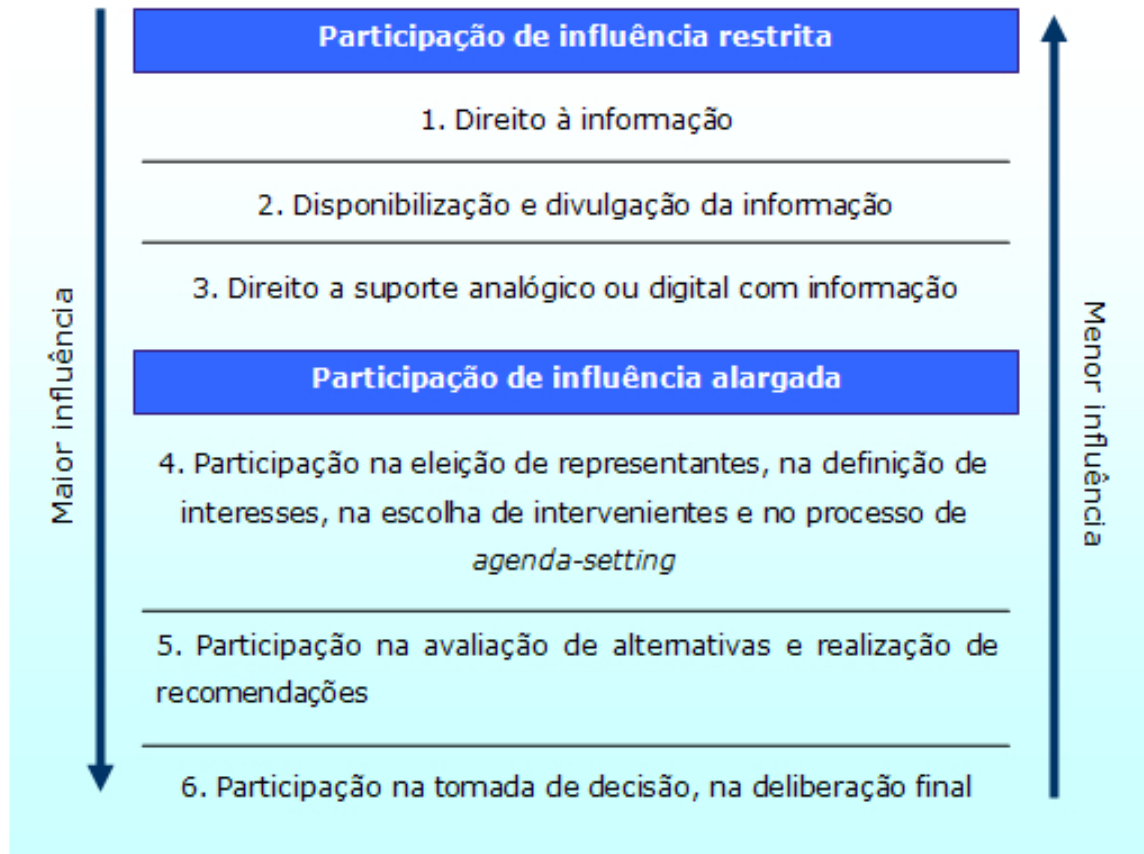
...partilham um objectivo: influenciar o sistema político...

...embora com uma influência muito variável...

...pelo que podem ser considerados diversos níveis de influência da participação...

# A democracia e os seus valores essenciais

**Figura 1.** Níveis de influência da participação no processo decisório



# A democracia e os seus valores essenciais

...formas de participação de influência restrita...

...e de influência alargada...

Ambas desempenham um papel relevante e ambas devem ser valorizadas

## Princípios complementares da participação

Possibilidade de acompanhar o processo de tomada de decisão

Identificar o contributo dos seus diversos intervenientes

Reconstituir o seu percurso (rastreadibilidade)

Capacidade de responsabilizar os agentes pelas suas posições  
(*accountability*)

# Partidos, representantes e representação

## Partidos

Seleccionar e propor candidatos para funções representativas

Agregar interesses individuais em programas eleitorais ou de governo

Influenciar a agenda política

Recrutamento e formação de quadros políticos

## Cidadãos

Possibilidade de não-reeleição de representantes, mas...

Falta de informação detalhada sobre a sua actuação

Inúmeras intervenções num período de tempo dilatado

Avaliação "em grupo", no âmbito de listas plurinominais

Representação autónoma

Mandato delegado

# Intervenientes no sistema político português

Presidente da República

Assembleia da República

Governo

Autarquias locais

Governos Regionais

Outros intervenientes institucionais

O Cidadão



# Oportunidades e constrangimentos

Redução dos custos associados à participação

Possibilidade de *desintermediação*

Participação de influência restrita

Produção e distribuição de informação entre os diversos intervenientes

Cidadão: simultaneamente consumidor e produtor de informação

Risco de sobrecarga ou entropia de informação

Risco de dispersão e fragmentação da informação

AP: desafio para passar de relacionamento passivo para activo

# Oportunidades e constrangimentos

## Participação de influência alargada

Facilita a comunicação iniciada pelos cidadãos

Representantes: relação mais próxima com representados

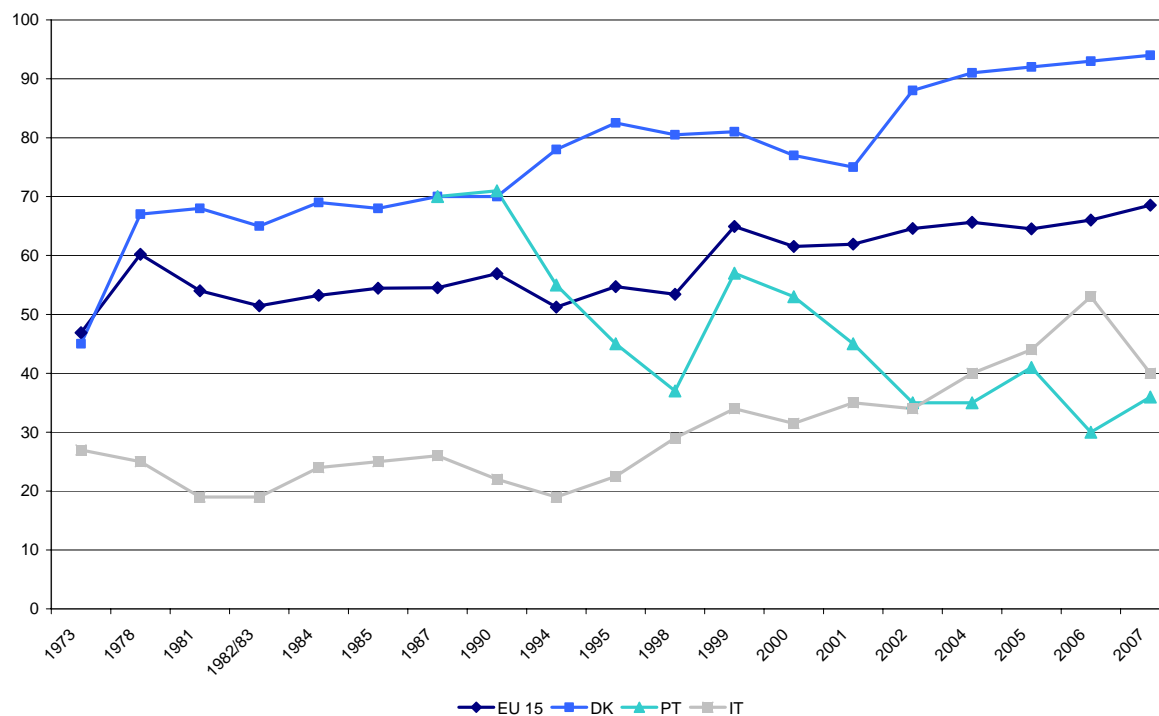
Partidos: maior discussão interna

AP: maior agilidade na recolha de opiniões e seu tratamento

Novas oportunidades na votação e na deliberação: sondagens deliberativas, citizen juries, planning cells, focus groups, citizen advisory committees..

# Diagnóstico e recomendações

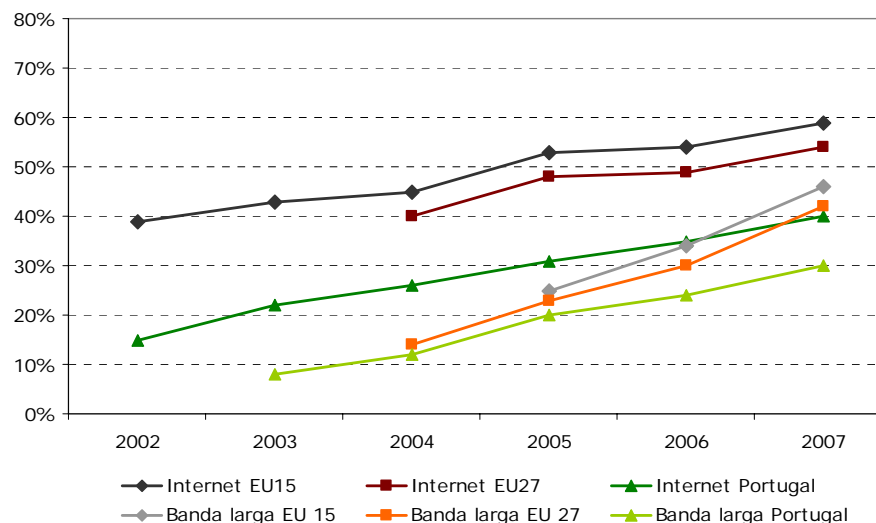
**Gráfico 1.** Satisfação com a democracia nacional na União Europeia (EU15), desde 1973



Fonte: Eurobarómetro

# Diagnóstico e recomendações

**Gráfico 2.** Percentagem de agregados familiares com acesso à Internet na sua residência (acesso global e acesso de banda larga), em Portugal e na União Europeia, 2002 - 2007



**Recomendação 1:** Continuação da adopção de medidas que permitam estimular o crescimento da penetração tecnológica, não só ao nível do acesso, mas também dos novos *standards* disponíveis e da sua utilização. Esta é uma questão essencial, não só do ponto de vista da competitividade económica, mas também da cidadania e da nossa democracia.

## Diagnóstico e recomendações

**Recomendação 2:** É proposto que a forma de disponibilização de informação respeitante ao Diário da República seja reformulada, no sentido de assegurar valores essenciais, nomeadamente no acompanhamento do processo de tomada de decisão, na identificação do contributo dos seus diversos intervenientes, na reconstituição do seu percurso (rastreadibilidade) e na pesquisa livre de informação.

**Recomendação 3:** As boas práticas, nesta área, podem encontrar domínios de aplicação não só na disponibilização de informação do Diário da República, mas também em outras áreas, na actividade executiva, da administração pública, nos seus vários níveis ou mesmo na actividade judicial.

**Recomendação 4:** É proposto que os utilizadores dos serviços electrónicos sejam envolvidos no seu desenvolvimento e avaliação, de forma a desenvolver a presença dos organismos da AP na Internet de acordo com a relevância e o retorno que estes serviços podem implicar para os utilizadores finais – e não apenas para as instituições que os desenvolvem.

## Diagnóstico e recomendações

**Recomendação 5:** É recomendado que seja definido um conjunto de estudos de caracterização e análise da utilização das TIC em Portugal e que a sua publicação se mantenha com natureza regular e, dentro das condicionantes metodológicas existentes, que estes estudos permitam a comparabilidade de resultados, tanto na análise da evolução em Portugal, nas suas várias edições, como na comparação internacional.

**Recomendação 6:** É proposto que a avaliação e o acompanhamento dos serviços de voto electrónico sejam realizados em articulação com a análise de outras soluções de participação e envolvimento dos cidadãos, através de um Observatório de boas práticas de participação e administração electrónica. Estas soluções deverão fomentar a participação cívica na sociedade portuguesa através da criação de condições para o exercício livre da cidadania activa, através dos instrumentos da sociedade da informação.

**Recomendação 7:** Relevância da realização de um diagnóstico mais sistematizado da forma como as TIC têm vindo a ser utilizadas, de acordo com as oportunidades apresentadas no relatório, que permita uma caracterização global do caso português e a apresentação de propostas e recomendações detalhadas, para cada um dos níveis em questão.